



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17/2025

Proposição: Altera a estrutura administrativa da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal, cria o cargo de Procurador-Geral do Município e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

Relator: André Drebes

Parecer: FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 867/2025
Data: 10/10/2025 - Horário: 16:39
Administrativo

1. RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Prefeito Neivor Kessler, encaminhou a esta Casa Legislativa o projeto de Lei Complementar nº 17/2025.

Este projeto tem por objetivo alterar as Leis Complementares nº 21 e 22, ambas de dezembro de 2023, no que concerne à Procuradoria-Geral do Município, sua subordinação, suas competências, e o subsídio do cargo de Procurador-Geral (agente político e honorários de sucumbência).

Na Exposição de Motivos anexa, o Senhor Prefeito justifica e esclarece a criação do cargo com atribuições de direção, representação institucional e assessoramento estratégico ao Chefe do Poder Executivo. O documento assegura que a criação deste cargo não configurará afronta ao concurso público, pois não confunde com a carreira de Procurador Municipal, tendo cada um competências distintas.

Ademais, afirma que o impacto financeiro decorrente da criação do cargo está dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal, e que o Município dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas. O subsídio do cargo comissionado de Procurador-Geral é de R\$ 9.849,27 (nove mil oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos).

O projeto foi lido em Sessão Ordinária e, após a emissão do Parecer de Legalidade emitido pela Comissão de Justiça e Redação, a matéria encontra-se em análise por esta Comissão de Finanças e Orçamento.

2. PARECER DA COMISSÃO

Após a análise detalhada do projeto, esta Comissão não identificou impedimentos ou irregularidades que pudessem comprometer a tramitação da matéria.

O projeto encontra-se em conformidade com as normas vigentes e respeita as leis orçamentárias, conforme demonstrado pelo Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro que o acompanha, que traz a projeção das despesas para os próximos quatro anos relativas à criação do cargo comissionado.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta-se **favoravelmente** ao projeto, recomendando a aprovação unânime pelos demais pares desta Casa Legislativa, por considera-lo relevante para o planejamento e a execução das atividades governamentais.

PAÇO MARCELINO AMPESSAN, aos 08 dias do mês de outubro de 2025.

André Drebes
Relator

Gean Denardin
Presidente

Eduarda Tortora
Secretária